



ESTUDOS
UNIVERSITÁRIOS



PROEXT
PRÓ-REITORIA
DE EXTENSÃO

Juventudes periféricas e redes digitais: hegemonia algorítmica e insurgência simbólica

*Peripheral Youth and Digital Networks: Algorithmic
Hegemony and Symbolic Insurgency*

Thiago de Oliveira Machado

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Doutor em Serviço Social

E-mail: thiago_oliveiram@hotmail.com



<https://orcid.org/0000-0003-0263-4341>



<http://lattes.cnpq.br/3391045020317875>

Resumo

Este ensaio teórico, de abordagem crítico-interpretativa, analisa as formas contemporâneas de participação social entre juventudes periféricas da Geração Z, geração nascida a partir de meados dos anos 1990 junto à expansão da internet. A investigação articula referências bibliográficas críticas e observação de fenômenos sociais recentes, discutindo como as juventudes resistem aos processos de plataformização da vida, vigilância algorítmica e aprofundamento das desigualdades. O estudo examina o uso político das redes digitais como território de disputa simbólica e visibilidade seletiva, evidenciando a construção de subjetividades insurgentes que desafiam a lógica da exposição neoliberal e da invisibilidade social. Ao iluminar as contradições entre hegemonia

algorítmica e práticas contra-hegemônicas no cotidiano digital, o artigo contribui para compreender as potencialidades e os limites da ação política juvenil em contextos periféricos.

Palavras-chave: juventudes periféricas; geração z; redes digitais; hegemonia algorítmica; participação social

Abstract

This theoretical essay, based on a critical-interpretative approach, analyzes contemporary forms of social participation among peripheral youth of Generation Z, a generation born in the mid-1990s onwards, alongside the expansion of the internet. The investigation articulates critical bibliographic references and observations of recent social phenomena, discussing how youth resist the processes of platformization of everyday life, algorithmic surveillance, and deepening inequalities. The study examines the political use of digital networks as a space of symbolic dispute and selective visibility, highlighting the construction of insurgent subjectivities that challenge the logic of neoliberal self-exposure and social invisibility. By illuminating the contradictions between algorithmic hegemony and counter-hegemonic practices in digital everyday life, the article contributes to understanding the potentialities and limits of political action among youth in peripheral contexts.

Keywords: peripheral youth; generation z; digital networks; algorithmic hegemony; social participation

INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 intensificou o uso de tecnologias digitais, reconfigurando profundamente as formas de sociabilidade. Esse processo impactou de maneira particular as juventudes periféricas, alterando seus modos de engajamento político e cultural e abrindo novas frentes de disputa simbólica no espaço digital.

No contexto pós-pandemia, as redes sociais mantêm-se como plataformas privilegiadas para conectar pessoas em escala global, constituindo-se em uma das principais arenas da vida contemporânea. São atravessadas por fluxos constantes de informação, imagem e afeto, que envolvem sujeitos de diferentes territórios e camadas sociais, mediados pela hegemonia algorítmica¹ e pela plataformização².

A presença da juventude periférica nessas redes não pode ser compreendida apenas como entretenimento ou fenômeno comunicacional. Trata-se de um campo em disputa, atravessado por relações de poder, desigualdades, práticas de resistência e construção de subjetividades políticas. O espaço digital, como extensão do território urbano, é um campo de disputa no qual jovens historicamente marginalizados constroem formas

¹ Expressão que designa a capacidade das plataformas digitais de organizar a visibilidade e modular comportamentos por meio de algoritmos, orientando afetos, discursos e práticas sociais de forma invisível, mas estrutural.

² Fenômeno em que as relações sociais, econômicas, culturais e afetivas passam a ser mediadas por plataformas digitais, que operam com lógicas de controle algorítmico e mercantilização de dados e interações.

de mobilização política, visibilidade e enfrentamento das opressões cotidianas.

No Brasil, o direito humano à inclusão digital é garantido pela Constituição Federal de 1988, que assegura, no art. 5º, o acesso à informação e à livre expressão, e, no art. 219, vincula ciência e tecnologia ao desenvolvimento cultural, social e econômico, à autonomia tecnológica e à redução das desigualdades de acesso e uso qualificado da internet.

Para compreender esse fenômeno, adota-se uma lente crítica que articula diferentes tradições das ciências sociais e políticas. O estudo dialoga com autores clássicos e contemporâneos de referência na teoria social crítica, nas abordagens decoloniais, na filosofia política e nos estudos sobre cultura digital e capital tecnológico, a fim de analisar como as juventudes periféricas elaboram práticas de resistência simbólica e disputas contra-hegemônicas no contexto digital.

A metodologia está fundamentada em uma abordagem crítico-interpretativa, apropriada à complexidade do objeto: a participação política das juventudes periféricas diante da plataformização da vida, da hegemonia algorítmica e do avanço da inteligência artificial. O artigo se configura como um ensaio teórico, articulando pensamento social crítico, estudos decoloniais, crítica cultural, teoria das redes e sociologia da tecnologia. A análise combina pesquisa bibliográfica e observação crítica de fenômenos sociais recentes, como campanhas, *hashtags*, manifestações e narrativas circulantes nas redes.

O objetivo geral é examinar como as juventudes periféricas participam e resistem no ambiente digital, enfrentando desigualdades históricas e disputando a hegemonia cultural por meio de práticas simbólicas. Especificamente, busca-se: a) compreender os marcos históricos e políticos que sustentam o protagonismo juvenil no Brasil; b) analisar a intersecção entre exclusão digital, colonialidade e hegemonia algorítmica; c) identificar práticas de insurgência simbólica e resistência cultural nas redes.

O artigo está estruturado em três seções, além desta introdução. A primeira discute a visibilidade e a exclusão digital das juventudes periféricas, situando o tema no contexto das reconfigurações democráticas e das conquistas históricas da infância e juventude no Brasil. A segunda examina a configuração algorítmica da vida social, explorando como a vigilância e a censura algorítmica afetam a circulação de narrativas e a participação política. A terceira analisa as práticas de insurgência simbólica e a construção de repertórios identitários nas redes digitais. Por fim, apresentam-se as considerações finais, apontando desafios e perspectivas para a participação política juvenil na era das plataformas.

VISIBILIDADE, EXCLUSÃO DIGITAL E CONQUISTAS HISTÓRICAS DAS JUVENTUDES PERIFÉRICAS

É fundamental compreender como a juventude periférica se insere em um cenário mais amplo de reconfigurações democráticas e participação política global. Linz (2000) observa que o enfraquecimento das formas tradicionais

de representação abre espaço para práticas emergentes, entre elas a participação mediada por tecnologias digitais, associada ao “ativismo digital juvenil”³. Na América Latina, juventudes historicamente excluídas passaram a reivindicar espaço no ambiente digital como campo de disputa e expressão política.

Essa disputa simbólica é também uma disputa por direitos já reconhecidos formalmente. A inclusão digital, no Brasil, é respaldada por dispositivos constitucionais que asseguram o acesso à informação e à liberdade de expressão, além de orientarem o desenvolvimento científico e tecnológico em favor do bem-estar social e da autonomia nacional. Contudo, a efetividade desses direitos permanece comprometida por desigualdades estruturais que limitam o exercício pleno da cidadania digital pelas juventudes periféricas.

A constituição social da infância e da juventude no Brasil é fruto de disputas políticas e ideológicas que culminaram em marcos como a Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei nº 8.069/1990), que reconhecem crianças e adolescentes como sujeitos de direitos (Rizzini, 2000). O princípio da proteção integral, previsto no art. 227 da Constituição Federal, fundamentou políticas intersetoriais voltadas à

³ Neste artigo, “ativismo digital” designa mobilização sociopolítica mediada por tecnologias e redes *on-line*. A noção dialoga com Linz (2000) sobre participação emergente diante do desgaste da representação, e com Quijano (2014) sobre a colonialidade que atravessa plataformas e algoritmos. Remete ainda à cultura digital e à espetacularização da esfera pública discutida por Gabler (1999).

redução das desigualdades, especialmente em territórios periféricos (Paula, 2014).

O legado dessas conquistas históricas sustenta a compreensão das disputas atuais pela autonomia juvenil, pelo direito à cidade, pelo acesso à tecnologia e pela construção de novos repertórios identitários. Incluem-se nesse conjunto o próprio ECA, o Sistema de Garantia de Direitos, os programas de proteção integral e os conselhos de juventude como instâncias de participação.

A partir da crítica decolonial latino-americana, Quijano (2014) contribui para a compreensão de como a colonialidade do poder⁴ e do saber também se manifesta nos algoritmos e nas plataformas digitais. A juventude periférica, ao construir narrativas e insurgências nas redes, enfrenta não apenas o sistema capitalista hegemônico, mas também as epistemologias eurocêntricas que moldam o conhecimento, os discursos e a representação simbólica desses sujeitos.

Todavia, a efetividade desses marcos permanece tensionada por contradições estruturais que se acentuam no contexto contemporâneo, em que a emergência das redes digitais introduz novas formas de subjetivação⁵, de

⁴ O conceito de “colonialidade do poder”, formulado por Quijano, foi apresentado no artigo “Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina” (2014). Nele, o autor vincula a colonialidade à formação do sistema-mundo moderno/colonial e à permanência de hierarquias raciais, epistêmicas e econômicas na atualidade.

⁵ Processo pelo qual jovens constroem suas identidades, formas de pensar e agir, em interação com o contexto social, político, territorial e tecnológico.

vigilância algorítmica⁶ e resistência. A hegemonia algorítmica, exercida pelas grandes plataformas, redefine a produção e circulação de afetos, desejos e discursos políticos. Ao mesmo tempo, esse espaço digital é também o cenário de práticas insurgentes e de formas horizontais de organização, que contestam a captura algorítmica por meio de estéticas próprias e narrativas dissidentes.

Nas redes digitais, essas lutas ganham novos contornos. Jovens das periferias reinscrevem antigas reivindicações em linguagens contemporâneas, articulando contranarrativas que denunciam a violência policial, a exclusão escolar e a precarização do trabalho juvenil. Valorizam a cultura periférica e racializada por meio do *rap*, *slam*⁷, *funk*, grafite e outras expressões estéticas afro-brasileiras e indígenas, disputando visibilidade e reconhecimento fora da lógica normativa dominante (Abramovay *et al.*, 2002).

Nesse contexto de intensa circulação simbólica e mercantilização da atenção, emergem os influenciadores digitais. Ao utilizar sua imagem e credibilidade, esses atores sociais interferem diretamente nos modos de

⁶ Forma de monitoramento “invisível” operada por plataformas digitais, que coleta e processa dados pessoais para moldar comportamentos, preferências e decisões, com base em lógicas automatizadas. Esse tipo de vigilância atua por meio de algoritmos que classificam, recomendam ou excluem conteúdos e sujeitos, afetando diretamente a experiência de mundo e os modos de subjetivação.

⁷ *Slam* é uma batalha de poesia falada, com textos autorais e críticos, frequentemente protagonizada por jovens negros e periféricos. Combina oralidade, corpo e emoção como resistência cultural e denúncia das desigualdades, transformando a palavra em ferramenta de mobilização e afirmação identitária nos espaços urbanos.

pensar, agir e consumir, moldando comportamentos individuais e coletivos. Frequentemente, reforçam a lógica do capital simbólico e a performatividade neoliberal, operando como mediadores da hegemonia algorítmica. No mundo corporativo, a capacidade de influenciar pessoas tornou-se exigência central, e, nesse processo, a práxis — compreendida como atividade transformadora da realidade — é esvaziada, convertendo-se em mera ação prático-utilitária, desprovida de compreensão crítica do real.

A “república do entretenimento” (Gabler, 1999) aprofunda essa lógica ao privilegiar sedução em detrimento da persuasão. O ambiente digital transforma política, informação e cotidiano em performances espetaculares. As juventudes periféricas não apenas consomem, mas também produzem conteúdos, ressignificando modos de existir e intervir socialmente.

A análise dessa realidade exige metodologias qualitativas e interpretativas que permitam apreender as múltiplas dimensões da experiência juvenil periférica nas redes — suas práticas, linguagens, estratégias discursivas, apropriações tecnológicas e gramáticas políticas que extrapolam as categorias tradicionais da sociologia institucional.

As plataformas digitais, assim, configuram-se como territórios de disputa entre vigilância algorítmica e insurgência simbólica. Nessas tensões, as práticas insurgentes atualizam sentidos das conquistas históricas e abrem novas possibilidades para participação política e

simbólica⁸. Essa perspectiva prepara o terreno para a análise da configuração algorítmica da vida social, a ser desenvolvida na próxima seção.

HEGEMONIA DIGITAL E DISPUTAS SIMBÓLICAS: JUVENTUDE PERIFÉRICA EM POSIÇÃO DE CONFRONTO

Para o capital, é imperativo, em sua busca por manter e reconfigurar a ordem social, obter o consentimento ativo dos trabalhadores. Esse movimento exige a construção de uma cultura política capaz de reforçar a hegemonia burguesa. Conforme Acanda (2006), grupos dominantes perpetuam suas ideologias por meio de redes culturais, instituições educacionais, movimentos políticos e meios de comunicação, difundindo valores que representam os interesses de uma minoria sobre o conjunto social.

No cenário contemporâneo, esse processo se expande com a atuação das plataformas digitais, que funcionam como novos dispositivos de mediação simbólica e difusão ideológica, articulando-se ao sistema midiático dominante. A hegemonia, nesse contexto, não se constrói apenas pela coerção, mas sobretudo pela produção de consensos, operando no campo simbólico e cultural.

Gramsci (2000, p. 48), ao afirmar que “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica”, ressalta que os setores subalternos precisam romper com a dependência em relação aos intelectuais tradicionais e

⁸ Conjunto de práticas estéticas, comunicacionais e políticas que subvertem a ordem dominante ao disputar sentidos, valores e narrativas no espaço público e digital.

construir sua própria concepção crítica de mundo. Esse processo de emancipação é condição para que grupos subordinados se tornem sujeitos históricos ativos, capazes de disputar a hegemonia e transformar as estruturas sociais.

A atuação das juventudes periféricas nas redes digitais pode ser compreendida como parte dessa disputa. Inspirando-se na leitura gramsciana, a ocupação das plataformas por esses jovens configura-se como uma “guerra de posição”, na qual se busca romper com a narrativa dominante que historicamente silencia ou criminaliza. Esses sujeitos elaboram contranarrativas, mobilizam afetos e constroem novas linguagens simbólicas que operam como resistência e como reivindicação de legitimidade para suas experiências.

No contexto latino-americano, Santos (1978; 1996) e Rolnik (2022) mostram como as desigualdades territoriais limitam o acesso a bens urbanos e à cidadania. Embora não tratem diretamente do digital, ajudam a compreender como a fragmentação urbana impõe barreiras também à conectividade e ao uso qualificado da internet pelas juventudes periféricas.

Na mesma direção analítica, é possível observar que a juventude urbana, em diferentes contextos históricos latino-americanos, atuou como catalisadora de transformações políticas. Essa percepção pode ser atualizada para compreender o papel das juventudes periféricas nas redes digitais como forma de resistência micropolítica. Löwy (1992), por sua vez, evidencia como simbolismo popular e religiosidade informam repertórios políticos, elementos que se expressam no digital, onde

memes, músicas e manifestações culturais periféricas tornam-se armas simbólicas de contestação e afirmação identitária. Essas disputas moldam formas de subjetivação entre jovens da Geração Z, tema da seção seguinte.

SUBJETIVIDADE DIGITAL E RESISTÊNCIA PERIFÉRICA NA GERAÇÃO Z

Dando sequência à análise anterior, é preciso compreender como as disputas simbólicas se articulam à subjetividade das juventudes periféricas, especialmente da Geração Z, formada por jovens nascidos a partir de meados dos anos 1990 e imersos no universo digital.

Nessa perspectiva, Castells (2018) demonstra que o poder se reorganiza por meio de fluxos informacionais que atravessam o espaço digital. Essa perspectiva dialoga com os debates sobre colonialidade algorítmica, que evidenciam como as tecnologias reproduzem e amplificam lógicas coloniais e excludentes⁹. A internet, longe de neutra, é mediada por algoritmos que definem o que será visualizado ou silenciado, moldando o engajamento político. Apesar desse controle, jovens das periferias constroem redes de solidariedade, criam movimentos e *hashtags* que rompem formas históricas de exclusão social.

⁹ A noção de “poder em rede” desenvolvida por Castells (2018) dialoga com o debate contemporâneo sobre *colonialidade algorítmica*, como discutido por Couldry e Mejias (2019), que problematizam a forma como plataformas digitais operam como extensões das estruturas coloniais no espaço virtual.

Complementarmente, a crítica de Harari (2018) ao poder algorítmico e à inteligência artificial revela-se fundamental nesse debate, pois o autor demonstra que sistemas algorítmicos são capazes de antecipar e influenciar comportamentos humanos de modo a reduzir a autonomia e ampliar mecanismos de vigilância. Segundo Harari, a concentração desses sistemas em grandes corporações e governos aprofunda desigualdades e cria formas sutis de manipulação política e emocional. Essa perspectiva se fortalece quando articulada à noção de *capitalismo de vigilância* (Zuboff, 2021)¹⁰, que demonstra como a coleta massiva de dados redefine mecanismos de controle comportamental e econômico. Ao transformar perfis em mercadoria, a lógica dos dados altera a forma como as juventudes são tratadas no espaço digital. Resistir implica enfrentar vigilância e manipulação invisível que reforçam estereótipos e desigualdades. Nesse contexto, a juventude periférica não só consome tecnologia, mas também questiona e subverte suas lógicas, politizando seu uso.

Bauman (2001), ao propor a noção de modernidade líquida, evidencia que os vínculos sociais se tornam mais frágeis e voláteis. Essa liquidez manifesta-se nas redes digitais pela rapidez com que mobilizações surgem e desaparecem. Embora potente, a militância digital enfrenta o desafio da efemeridade, ao mesmo tempo em que jovens se engajam em lutas por justiça racial, de

¹⁰ A perspectiva crítica de Harari (2018) pode ser associada à análise de Zuboff (2021) sobre o “capitalismo de vigilância”, que examina o uso comercial e político da extração de dados pessoais como forma de controle comportamental.

gênero e por direitos sociais, lidando com o esgotamento subjetivo e a superficialidade das conexões virtuais.

A emergência da chamada Geração Z introduz novas questões para a análise crítica da juventude periférica nas redes. Essa geração, que não conheceu o mundo pré-internet, é marcada por uma profunda integração entre subjetividade, tecnologia e práticas de sociabilidade mediadas por algoritmos. Prensky (2001) a define como “nativa digital”, conceito que, embora amplamente difundido, é criticado por diversos autores (Hargittai, 2010; Selwyn, 2016) por desconsiderar desigualdades estruturais de acesso, letramento digital e usos sociais da internet entre os jovens periféricos.

No contexto latino-americano e brasileiro, a juventude apresenta-se de forma plural. As juventudes periféricas da Geração Z vivenciam a tecnologia de maneira desigual, atravessadas por precariedades materiais, racismo algorítmico e disputas simbólicas. Sua presença nas redes é condicionada pelo trabalho gratuito, pela exposição constante e pela performance neoliberal de si, como analisado por Dardot e Laval (2016).

Estudos recentes reforçam essa leitura. Barth *et al.* (2023) identificam que o uso intensivo de plataformas como *TikTok* durante a pandemia elevou ansiedade, distanciamento afetivo e superexposição. No cenário internacional, Hu *et al.* (2022) evidenciam que o capital econômico influencia diretamente as formas de gratificação e uso das redes, mostrando que o “nativismo digital” não elimina desigualdades estruturais.

No Brasil, pesquisas do CETIC.br¹¹ e de observatórios acadêmicos, como o Observatório da Juventude, Ciência & Tecnologia (Fiocruz/UFRJ) e o Observatório da Juventude na Ibero-América, indicam que o acesso às tecnologias por jovens periféricos muitas vezes ocorre de forma dissociada de processos formativos mais amplos. Assim, a mera presença digital não garante empoderamento político nem inclusão cidadã, já que limitações no letramento digital crítico comprometem a autonomia e a participação qualificada no espaço público virtual.

Ao observar as práticas políticas da Geração Z periférica, evidencia-se um paradoxo: embora demonstre distanciamento da política institucionalizada, essa geração protagoniza novos formatos de engajamento político, que vão dos “ativismos digitais” e protestos performáticos aos “apagões” coordenados nas redes sociais. Essas ações expressam o que Castells (2018) denomina “autocomunicação de massas”, forma de produção simbólica descentralizada e potencialmente contra-hegemônica.

Essas práticas, embora marcadas pela efemeridade e pelas contradições do espaço digital, constituem formas legítimas de resistência simbólica. Contudo, não se restringem ao campo cultural ou linguístico: articulam-se também a experiências concretas de trabalho,

¹¹ O CETIC.br (Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação) é um departamento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR - NIC.br, responsável por produzir indicadores sobre o acesso, o uso e o impacto das tecnologias da informação e comunicação no Brasil.

precarização e crise da subjetividade contemporânea, tema que será aprofundado na subseção a seguir.

PLATAFORMIZAÇÃO, PRECARIEDADE E CRISE DA SUBJETIVIDADE

Essas formas de resistência também se desdobram nas relações de trabalho digitalizado e nas maneiras pelas quais os jovens reelaboram suas subjetividades diante das novas formas de precarização. A precarização do trabalho na era digital, especialmente entre os jovens periféricos da Geração Z, impõe novos desafios à construção de subjetividades e ao exercício da cidadania.

Contudo, essa potência crítica não está imune à captura. Como denuncia Noble (2018), os algoritmos reforçam padrões de invisibilização racial e de exclusão digital, o que atinge particularmente jovens negros e periféricos. A Geração Z, ainda que hiperconectada, não está livre da lógica de opressão que marca as estruturas sociais mais amplas. A disputa pelo imaginário e pela voz nas plataformas digitais é, portanto, também uma disputa de classe, de raça e de território.

Avançando no campo da crítica filosófica, Chauí (2006), ao discutir os limites da democracia e da esfera pública, oferece elementos que, mesmo elaborados em outro contexto histórico, podem ser atualizados para compreender as dinâmicas contemporâneas das redes digitais. Sua análise sobre a prevalência da opinião pessoal sem fundamentação crítica antecipa aspectos que hoje se expressam na cultura da performance digital. Nessa mesma chave, o conceito de “empresário de si

mesmo”, formulado por Foucault (2008) em sua análise do neoliberalismo, ilumina como sujeitos passam a gerir a própria visibilidade e reputação como capital simbólico, transformando a vida cotidiana em um empreendimento pessoal. Na juventude periférica, essa perspectiva evidencia a tensão entre a expressão legítima e insurgente desses sujeitos e a captura dessa expressão pelas dinâmicas do capital e do consumo cultural, convertendo fala em mercadoria e engajamento político em busca de curtidas, afastando-se da deliberação coletiva.

No âmbito das epistemologias do Sul, Santos (2010) propõe uma virada epistemológica ao valorizar os saberes do Sul global e denunciar as “epistemologias do Norte” que invisibilizam essas vozes. A atuação das juventudes periféricas nas redes digitais pode ser interpretada como expressão dessa insurgência epistemológica, pois cria conteúdos, narrativas e práticas que tensionam e escapam das lógicas eurocêntricas e coloniais. Trata-se de um processo que pode ser compreendido, por analogia, como uma “tradução intercultural” (Santos, 2006), isto é, a mediação entre universos culturais distintos, por meio da qual saberes populares, experiências de resistência e práticas comunitárias são reinterpretados e adquirem novos sentidos quando transpostos e articulados no ambiente digital, sem perder suas singularidades.

Além disso, Santos (2016) introduz a noção de “democracia de alta intensidade”, que pressupõe ampliar as formas de participação e reconhecer a diversidade epistemológica como fundamento democrático. Por outro lado, o autor também adverte para o avanço do “fascismo social” (Santos, 2013), entendido como a naturalização da

exclusão e da violência contra populações marginalizadas, fenômeno que se reproduz nas plataformas digitais por meio da censura algorítmica¹², do discurso de ódio e da invisibilização de pautas subalternas.

No que se refere às formas de organização política do trabalho mediadas por plataformas digitais, percebe-se um distanciamento crescente do sindicalismo tradicional em relação à realidade da juventude trabalhadora precarizada. Como já apontava Antunes (2020), processos de cooptação fragilizaram o caráter combativo e de classe dessas organizações. Tal constatação dialoga com a formulação de Trotsky (2006, p. 4), para quem “os sindicatos de nosso tempo podem ou servir como ferramentas secundárias do capitalismo imperialista [...] ou transformar-se nas ferramentas do movimento revolucionário do proletariado”. Hoje, a disputa alcança o ambiente digital, com mobilizações como o Breque dos Apps¹³, que, mesmo fragmentadas e sob vigilância algorítmica, reatualizam práticas de resistência.

Nesse sentido, as limitações do sindicalismo tradicional frente à realidade do trabalho plataformizado

¹² Censura algorítmica é o processo em que sistemas automatizados de filtragem e recomendação reduzem ou ocultam o alcance de publicações. Muitas vezes opaca para os usuários, pode afetar especialmente conteúdos críticos ou de grupos subalternizados, reforçando desigualdades na circulação de narrativas digitais.

¹³ O Breque dos Apps foi um movimento nacional de paralisação de entregadores vinculados a plataformas digitais no Brasil, iniciado em 1º de julho de 2020, com reivindicações por melhores taxas de pagamento, condições dignas de trabalho e acesso à proteção social.

evidenciam a necessidade de novas formas de organização política, mais próximas das experiências e linguagens da juventude periférica. Esse cenário abre espaço para práticas insurgentes nas redes digitais que escapam às molduras institucionais, mas preservam a essência da disputa anticapitalista. Assim, a crítica de Trotsky (2006) ressoa na constatação contemporânea de que a insurgência juvenil periférica atualiza, em outros moldes e arenas, a disputa anticapitalista.

Nesse cenário, a precarização do trabalho, intensificada pela plataformização, revela um controle estrutural sobre o metabolismo social do trabalhador. As novas tecnologias não eliminam o trabalho, mas o organizam de forma exaustiva, elevando a produtividade e comprimindo salários. Nesse processo, configura-se uma população excedente, marginalizada da produção, mas funcional à lógica do capital, evidenciando o domínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo. Para a juventude periférica, esse contexto não se traduz apenas em resistência, mas na criação de experiências contra-hegemônicas que articulam ação política, produção cultural e saberes coletivos, forjando o campo das epistemologias insurgentes.

Essa dimensão estrutural da precarização provoca mudanças na dinâmica da troca metabólica entre o que Alves (2013, p. 86) denominou “espaço-tempo de vida e espaço-tempo de trabalho”, marcada pelo aumento da produtividade e pela intensificação da exploração da força de trabalho. O resultado é uma crise da subjetividade humana, com a redução da vida pessoal a mera atividade laboral e a desrealização do ser social por meio da

alienação e do estranhamento dos sujeitos que trabalham.

O processo de subsunção do tempo de vida ao tempo de trabalho e a fusão entre trabalho e existência cotidiana indicam uma captura subjetiva característica do capitalismo contemporâneo, conforme analisado por Alves (2013). Sua reflexão sobre a apropriação da subjetividade pelo capital, ainda que formulada fora do debate específico sobre redes sociais, oferece uma chave interpretativa potente quando transposta para o regime de plataformas digitais. Nesse contexto, a fragmentação do tempo, a intensificação da produção simbólica e a mercantilização da atenção reproduzem, sob novas formas, a lógica de exploração apontada por Alves. Apesar da hegemonia e da vigilância algorítmica, as fissuras e contradições presentes nesse ambiente permitem que as juventudes periféricas mobilizem *hashtags*, produzam contranarrativas e articulem gestos de resistência, configurando arenas críticas, ainda que precárias, para a circulação de consciências e o tensionamento da sociabilidade do capital.

A rigor, a dinâmica sociometabólica do trabalho estranhado leva o sujeito à perda de sua essência. Sob o regime da propriedade privada, o trabalhador se torna criador de um mundo de objetos que, progressivamente, lhe são estranhos. Ele não trabalha pelo prazer de criar, nem para expressar sua essência humana, mas para receber um salário que lhe permita consumir o mínimo necessário à sobrevivência.

Na sociabilidade do capital, a essência do ser social aparece subsumida no cotidiano. A práxis, enquanto

atividade transformadora da realidade, é esvaziada de seu conteúdo criativo e convertida em função alienante. Como observa Heller (2016, p. 57), o cotidiano — embora insuprimível e carregado de dimensões históricas — tende a ocultar a reprodução do gênero humano, sendo marcado por uma “[...] atividade humano-genérica não consciente [...]”. Ao pensar a ética da cotidianidade, Heller (1976) oferece uma chave para compreender como as juventudes periféricas constroem sentido em meio à adversidade. Para a autora, a ação ética cotidiana representa um espaço de liberdade dentro das estruturas. Essa leitura permite valorizar práticas de cuidado, solidariedade e criação estética e política que emergem das periferias digitais como expressões de engajamento existencial e transformador.

Assim, redes digitais configuram-se como espaços de emancipação e de dominação. Como argumenta Machado (2025), a presença das juventudes periféricas não deve ser romantizada, mas entendida como parte de uma luta mais ampla por reconhecimento, justiça e transformação social. A atuação dessas juventudes também transcende fronteiras nacionais. A circulação global de ideias, *hashtags* e estéticas conecta lutas locais a movimentos internacionais, como o *Black Lives Matter*¹⁴, mobilização contra a violência policial e o racismo estrutural nos

¹⁴ *Black Lives Matter*: movimento criado em 2013 nos Estados Unidos por Patrisse Cullors, Alicia Garza e Opal Tometi, em resposta à absolvição de George Zimmerman pelo assassinato de Trayvon Martin. Tornou-se referência global no combate à violência policial e ao racismo estrutural.

Estados Unidos, e as revoltas estudantis chilenas¹⁵, marcadas por reivindicações de acesso universal e gratuito à educação. No Brasil, mobilizações como as Jornadas de Junho de 2013 — inicialmente impulsionadas por jovens e amplificadas nas redes sociais —, as ocupações de escolas por estudantes secundaristas, os atos contra o genocídio da juventude negra e as marchas pela educação também integram esse circuito de resistência.

O digital configura-se como uma arena transnacional de solidariedade e resistência, na qual se confrontam diferentes projetos de democracia, de futuro e de humanidade. Nesse cenário, a juventude periférica desponta como sujeito político de relevância crescente, cuja voz precisa ser reconhecida, compreendida e incorporada às políticas públicas, à produção de conhecimento e às disputas culturais contemporâneas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação das juventudes periféricas nas redes digitais configura-se como um campo denso de tensões, no qual resistência, precariedade, criatividade e mecanismos de controle se entrelaçam. Este trabalho fundamenta-se em uma abordagem crítico-interpretativa, cuja construção reflexiva se apoia em análise bibliográfica

¹⁵ *Revoltas estudantis chilenas*: mobilizações que tiveram seu auge em 2011 e 2019, protagonizadas por estudantes secundaristas e universitários, exigindo reformas estruturais no sistema educacional e contestando a privatização e desigualdade de acesso à educação.

e na observação crítica de fenômenos sociais recentes. O diálogo com referenciais clássicos e contemporâneos das ciências sociais e políticas, articulado à crítica cultural, à teoria das redes e à sociologia da tecnologia, permite analisar as práticas simbólicas e políticas observáveis no cotidiano digital. Trata-se de um fenômeno que não se limita aos formatos tradicionais de militância, mas que incorpora práticas políticas e culturais próprias do ambiente digital, ampliando as formas de participação e de construção de significados coletivos.

As reflexões sobre a Geração Z permitem compreender que a juventude periférica contemporânea habita contradições profundas: é hiperconectada, mas frequentemente marginalizada digitalmente; produz conteúdos críticos e criativos, mas se vê capturada por lógicas de vigilância algorítmica, performatividade neoliberal e racismo estrutural. A naturalização da ideia de “nativo digital” é tensionada por estudos que revelam as desigualdades de acesso e a influência do capital econômico na apropriação das tecnologias digitais, apontando para a persistência de barreiras materiais e simbólicas que impactam o uso e o protagonismo nessas plataformas.

Nesse cenário, as juventudes periféricas assumem, simultaneamente, a condição de alvos e de agentes ativos no sistema digital contemporâneo. Sua presença nas plataformas denuncia exclusões históricas, tensiona hegemonias culturais, disputa narrativas e inaugura estéticas políticas insurgentes. Trata-se de uma geração que articula estratégias de denúncia, ironia, visualidade e

afeto para consolidar um campo próprio de intervenção política e simbólica.

Frente aos desafios colocados pela inteligência artificial, pela plataformização do trabalho e pela precariedade estrutural, impõe-se a necessidade de fortalecer práticas educativas, culturais e políticas que ampliem a autonomia e o protagonismo desses sujeitos. Tal compromisso implica reconhecer seus saberes, escutar suas vozes e formular políticas públicas que superem a lógica da inclusão superficial já discutida ao longo do artigo, orientando-se para uma transformação social efetiva.

Fortalecer a participação política das juventudes periféricas no ambiente digital exige que a inclusão digital seja tratada não como concessão, mas como direito humano e constitucional. A concretização desse direito, já previsto na Constituição Federal de 1988, demanda políticas públicas capazes de transformar as garantias formais de acesso à informação, à ciência e à tecnologia em práticas concretas que reduzam as desigualdades e ampliem a autonomia tecnológica e cultural dessas populações.

Compreender as juventudes periféricas da era digital como sujeitos políticos e epistemológicos reafirma a urgência de uma produção de conhecimento e de práticas críticas capazes de dialogar com a realidade concreta e sustentar uma análise radical das estruturas de dominação. Nesse sentido, a análise desenvolvida neste artigo contribui para aprofundar o debate sobre a articulação entre cultura digital, desigualdades estruturais e resistência simbólica, oferecendo subsídios para

pesquisas futuras e para a formulação de políticas públicas comprometidas com a emancipação social. Mais do que interpretar o mundo, é preciso atuar para transformá-lo, projetando uma sociedade emancipatória que reconheça e tenha a juventude como protagonista de seu próprio tempo histórico.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam *et al.* *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília-DF: UNESCO; BID, 2002.
- ACANDA, Jorge Luis. *Sociedade civil e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- ALVES, Giovanni. *Dimensões da precarização do trabalho: ensaios de sociologia do trabalho*. Bauru: Canal 6, 2013.
- ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BARTH, Mauricio; RESSER, Bruna Gabriele; ROSA, Simone Carvalho da. Comportamento da Geração Z nas redes sociais durante a pandemia. *Caderno Humanidades em Perspectivas*, Curitiba, v. 7, n. 18, p. 142-158, 2023. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/humanidades/article/view/2790>. Acesso em: 10 nov. 2025.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília-DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília-DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 28 nov. 2025.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CETIC.br. *TIC Domicílios 2023: pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação nos domicílios brasileiros*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2024. Disponível em: <https://cetic.br/pesquisa/domicilios>. Acesso em: 6 ago. 2025.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises A. *The costs of connection: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism*. Stanford: Stanford University Press, 2019.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 2006.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução de Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GABLER, Neal. *Vida, o filme: como o entretenimento conquistou a realidade*. Tradução de Beth Vieira. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HARARI, Yuval Noah. *21 lições para o século 21*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HARGITTAI, Eszter. Digital na(t)ives? Variation in Internet skills and uses among members of the “Net Generation”. *Sociological Inquiry*, [S. l.], v. 80, n. 1, p. 92-113, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1475-682X.2009.00317.x>. Acesso em: 10 nov. 2025.

HELLER, Agnes. *Uma teoria da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

HU, Qingqing; HU, Xue; HOU, Pan. One social media, distinct habitus: Generation Z’s uses and gratifications and the moderation effect of economic capital. *Frontiers in Psychology*, Lausanne, v. 13, p. 1-5, 2022. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/journals/psychology/articles/10.3389/fpsyg.2022.939128/full>. Acesso em: 10 nov. 2025.

LINZ, Juan J. *Totalitarian and authoritarian regimes*. Boulder: Lynne Rienner, 2000.

LÖWY, Michael. *A teoria da revolução no jovem Marx*. Petrópolis: Vozes, 1992.

MACHADO, Thiago de Oliveira. A participação social nas redes digitais. *A Terra é Redonda*, [S. l.], 2025. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-participacao-social-nas-redes-digitais/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

NOBLE, Safiya Umoja. *Algorithms of oppression: how search engines reinforce racism*. New York: NYU Press, 2018.

OBSERVATÓRIO DA JUVENTUDE NA IBERO-AMÉRICA. Pesquisa Juventudes no Brasil. Observatório da Juventude na Ibero-América, [S. l.], 2021. Disponível em: <https://oji.fundacion-sm.org/pt-br/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

OBSERVATÓRIO DA JUVENTUDE, CIÊNCIA & TECNOLOGIA. Quem somos. *Observatório da Juventude, C&T*, [S. l.], 2025. Disponível em: <https://www.juventudect.epsjv.fiocruz.br/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

PAULA, S. *Juventude e política pública no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2014.

PRENSKY, Marc. Digital natives, digital immigrants. *On the Horizon*, [S. l.], v. 9, n. 5, p. 1-6, 2001. Disponível em: <https://www.emerald.com/oth/article/9/5/1/317714/Digital-Natives-Digital-Immigrants-Part-1>. Acesso em: 10 nov. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires: CLACSO, 2014. p. 777-832. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/xmlui/bitstream/handle/CLACSO/16222/Cuestionesyhorizontes.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 dez. 2025.

RIZZINI, Irene. *A criança e a lei no Brasil: revisitando a história (1822-2000)*. Rio de Janeiro; Brasília-DF: EDUSU-CESPI; USU-UNICEF, 2000.

ROLNIK, Raquel. *São Paulo: o planejamento da desigualdade*. São Paulo: Fósforo, 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo*. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A difícil democracia: reinventar as esquerdas*. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SELWYN, Neil. *Is Technology Good for Education?*. 1. ed. Cambridge: Polity Press, 2016.

TROTSKY, Leon. *A concepção marxista do sindicato*. [S. l.]: Liga Bolchevique Internacionalista, 2006.

ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.



Ensaio

Texto recebido em: 10 out.2025. Aprovado em: 3 nov. 2025.

MACHADO, Thiago de Oliveira. Juventudes periféricas e redes digitais: hegemonia algorítmica e insurgência simbólica. *Estudos Universitários*, Universidade Federal de Pernambuco/Pró-Reitoria de Extensão, Recife, v. 42, n. 1, e268332, jan./dez. 2025.

<https://doi.org/10.51359/2675-7354.2025.268332>

ISSN Edição Digital: 2675-7354



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>.